

BEAUFRE, HART, CLAUSEWITZ E OS DESAFIOS DA ESTRATÉGIA NACIONAL.

BEAUFRE, HART, CLAUSEWITZ AND THE NATIONAL STRATEGY CHALLENGES.

Maj. Bruno BARBOSA FETT DE MAGALHÃES¹
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil
Email: bruno_fett@yahoo.com.br

Resumo:

O autor analisa a obra “Introdução à Estratégia” do francês André Beaufre, destacando a visão deste notável pensador militar sobre a Estratégia, conceitos afins e suas aplicações. Nesse mister, correlaciona as ideias de Beaufre com as de Liddell Hart, Clausewitz e outros estrategistas clássicos, sempre que pertinente. Descreve os cinco modelos de planejamento estratégico, realçando a sua atualidade. Comenta a valorização do princípio da liberdade de ação, como um aspecto original da concepção de Beaufre. Analisa os dois modos da estratégia, o Direto e o Indireto, e a sua aplicação no mundo atual. Conclui sobre a prevalência do modo Indireto (Estratégia Indireta), enfatizando a preservação da liberdade de ação e a capacidade de negá-la ao adversário como o fundamento do jogo estratégico. Por fim, alerta para a importância de as nações desenvolverem estratégias adequadas para assegurar os seus interesses nacionais em tempos de incerteza.

Abstract:

The author analyzes the "Introduction to Strategy", book of the french André Beaufre, highlighting the vision of this outstanding military strategy thinker, related concepts and their applications. In this sense, correlates Beaufre's ideas with Liddell Hart, Clausewitz and other classic strategists, where relevant. Describes the five models of strategic planning, underlining its actuality. Highlights the principle of freedom of action as an unique aspect of Beaufre's ideas. Analyzes the two modes of strategy, Direct and Indirect, and its application in the world today. It

¹O autor do presente trabalho é Major do Exército Brasileiro, graduado na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 1999, na Arma de Infantaria. Na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, concluiu a pós-graduação lato sensu e stricto sensu em Ciências Militares, respectivamente, em 2007 e 2009. Atuou como observador militar e oficial de ligação da ONU no Chipre (UNFICYP) em 2010/2011. Atualmente, é aluno do Curso de Comando e Estado-Maior do Exército e doutorando em Ciências Militares pelo Instituto Meira Mattos (IMM-ECEME).

concludes on the prevalence of Indirect mode (Indirect Strategy), emphasizing the preservation of freedom of action and the ability to deny it to the opponent as the basis of the strategic game. Finally, highlights the importance to the nations to develop appropriate strategies to ensure their national interests in times of uncertainty.

Palavras-chave: Estratégia. Liberdade de Ação. Estratégia Indireta; Manobra Exterior. Manobra Interior.

Keywords: *Strategy. Freedom of Action. Indirect Strategy. Strategy of Interior Lines. Strategy of Exterior Lines.*

Introdução

André Beaufre, general francês, foi um dos expoentes dos estudos estratégicos no século passado. Seu primeiro livro, “Introdução à Estratégia” editado em Paris em 1963, foi prefaciado pelo capitão Basil H. Liddell Hart, renomado estrategista e historiador militar britânico, autor de obras fundamentais sobre os temas, entre as quais “Estratégia” e “O Outro lado da Colina”.

No prefácio, Liddell Hart saúda o livro de Beaufre como “o tratado de estratégia mais completo, mais cuidadosamente formulado...publicado no curso desta geração...” e que, segundo ele, reunia “todas as condições para tornar-se um clássico”, como efetivamente ocorreu.²

Nas suas reflexões, Beaufre admite que ao escrever o livro foi fortemente influenciado por duas experiências que vivenciou durante a vida e que o marcaram profundamente. A primeira delas foi a sequência de derrotas da França na Segunda Guerra Mundial, na Indochina francesa, na Argélia e no episódio de Suez, onde a França, junto com a Grã-Bretanha, foi compelida a entregar o canal para o Egito, sob pressão dos EUA e da URSS. Em todas essas situações, segundo ele, a França sucumbiu pela falta de estratégias adequadas para enfrentá-las.³

A segunda, foi o advento da era nuclear e o impasse surgido entre as duas superpotências da época, impedidas de usar essas novas armas em um confronto direto. A questão da dissuasão na era nuclear mereceu de Beaufre um livro próprio intitulado “Estratégia da Dissuasão”, que se tornou outra obra clássica do gênero.

Na época, o Ocidente estava dividido em duas correntes de opinião: os que defendiam a proibição pura e simples das armas nucleares e aqueles que aceitavam os riscos de uma guerra nuclear limitada como um fator de dissuasão, entre os quais Beaufre e Raymond Aron.

Feita a apresentação do autor, o propósito deste artigo é refletir sobre os conceitos básicos de Beaufre constantes do seu livro, Introdução à Estratégia, e discuti-los à luz da atualidade. A

²André Beaufre, *Introdução À Estratégia* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 1998), 14.

³ Beaufre referiu-se a outros reveses do Ocidente – não apenas da França -, como as crises da Coreia, Cuba e Berlim. Na sua ótica, faltou aos estadistas ocidentais visão estratégica para se antepor com êxito aos chineses e soviéticos.

obra proporciona a visão do autor sobre a estratégia, suas subdivisões, princípios e aplicações, procurando destacar e associar às ideias de Liddell Hart e Clausewitz.

A importância do estudo da estratégia nos dias atuais, como no passado, decorre da necessidade de os Estados interpretarem corretamente a conjuntura internacional e identificar as tendências de mudança que possam gerar conflitos. Com essas condicionantes em vista, poderão conceber, com oportunidade, as estratégias adequadas para manter ou alcançar os seus objetivos, que deverão refletir sobretudo o interesse nacional. É essa mensagem final que se pretende transmitir.⁴

1. Desenvolvimento

1.1 Conceito, Finalidade e Meios da Estratégia

Na antiguidade, o termo estratégia era utilizado para definir a arte do “estratego” (generalíssimo, na Grécia antiga) que consistia em preparar, desdobrar e aplicar os meios de que dispunha o comandante para conquistar pelas armas os objetivos previstos.

Este conceito prevaleceu com ligeiras adaptações até o século XX onde a estratégia era reconhecida “como a arte de empregar as forças militares para atingir resultados fixados pela política”. Para Beaufre, esta definição era semelhante a de Clausewitz e foi esposada, na essência, por Liddell Hart e Raymond Aron ainda no século passado.⁵

Beaufre considerou essa definição limitada, porquanto abarcava somente as forças militares, e não as demais expressões do poder de uma nação. Além disso, ela referia-se à arte militar como um todo, sem discernir a sua subdivisão clássica entre estratégia e tática, o que na opinião do autor causava uma certa confusão conceitual.⁶

Feitos esses reparos, Beaufre parte do princípio de que a essência da estratégia deve ser buscada em um jogo abstrato onde dois contendores procuram impor a sua vontade. Assim, propôs a seguinte definição para estratégia: “*a arte da dialética das vontades, empregando a força para resolver seu conflito*”.⁷

⁴“*Os Estados Unidos não têm amigos, têm interesses*” – esta frase é atribuída ao Secretário de Estado norte-americano John Foster Dulles, na década de 1950, e transmite de uma maneira franca a ideia de que os estados soberanos em geral têm os seus próprios objetivos calcados no interesse nacional, que se sobrepõe aos interesses de qualquer outro grupo nacional. Peter Paret, *Construtores Da Estratégia Moderna*, vol. Tomo 2 (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 2003), 20.

⁵Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 26. Clausewitz definiu estratégia de forma muito limitada como sendo “o uso do combate para atingir os propósitos da guerra”. Carl Clausewitz, *On War*, Tradução Michael Howard, Peter Paret (Princeton: Princeton University, 1989), 29.

⁶ Beaufre definiu tática como a arte de empregar as armas no combate, com o melhor rendimento possível. Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 27. Para Clausewitz, a tática ensina o emprego das forças armadas no engajamento (combate). Clausewitz, *On War*, 138.

⁷Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 27. No Tratado da Estratégia encontra-se a seguinte definição, semelhante à de Beaufre, e que remete à figura clássica de Clausewitz de dois contendores: “a estratégia é a dialética das inteligências em um meio conflituoso, baseada na utilização ou na ameaça de utilizar a força para fins políticos”, ou ainda, a estratégia seria basicamente um choque entre inteligências antagônicas. De acordo com Sun Tzu, todo

Note-se que ele próprio considerou esta definição um tanto genérica e abstrata, porém afirma que é este o nível adequado para a compreensão do seu mecanismo e das suas leis, que explicaria no prosseguimento do seu livro.

Ao refletir sobre a finalidade da estratégia, Beaufre concluiu que é a de atingir os objetivos fixados pela política os quais devem ser sintetizados em uma decisão. Essa decisão seria a aceitação, pelo adversário, das condições impostas pelo vencedor no jogo da dialética das vontades. Nesse jogo, Beaufre dá ênfase ao efeito psicológico de enfraquecimento que se procura provocar no adversário, de modo a convencê-lo da inutilidade de aceitar a luta ou prolongá-la.⁸

Nas suas palavras, a finalidade da estratégia seria “obter a decisão criando e explorando uma situação que leve a uma desintegração moral do adversário, suficiente para fazê-lo aceitar as condições que se lhe quer impor”. Nesse ponto, Beaufre aproxima-se das ideias de Liddell Hart, que enfatizou as vantagens do desequilíbrio psicológico prévio do inimigo, antes da ação em força.⁹

De fato, os efeitos psicológicos sobre o adversário estão ligados às forças morais na guerra, sempre valorizadas por chefes militares como Napoleão Bonaparte e pensadores como Clausewitz. Convém lembrar que as condições mudam, mas a única coisa que permanece imutável ao longo da história é o homem com a sua força e as suas fragilidades, inclusive psicológicas, que podem decidir uma guerra.

Após definir a finalidade da estratégia, Beaufre passou a analisar genericamente os meios materiais e morais postos à disposição dos planejadores. Tais meios seriam extremamente variáveis englobando bombardeios nucleares, propaganda, pressões comerciais, entre outros tantos. A arte da estratégia consistiria então em escolher os meios adequados e combiná-los na proporção ótima de modo a “fazê-los concorrer para um mesmo resultado psicológico, suficientemente eficaz para produzir o efeito moral decisivo”.¹⁰

Prosseguindo na sua argumentação, Beaufre afirma que a escolha dos meios adequados surgirá da confrontação entre as possibilidades de um e as vulnerabilidades do outro adversário, estabelecendo assim um paralelo com o estudo de situação clássico, dos estados-maiores militares. Se o objetivo a atingir é de pouca importância, pressões podem ser suficientes. Se for muito importante, provavelmente exigirá o emprego de mais meios, inclusive a força militar.¹¹

A questão psicológica está sempre presente nas considerações de Beaufre, como quando ele pergunta “Quais seriam as ações possíveis, as mais suscetíveis de influenciar decisivamente a psicologia dos dirigentes adversos ?”¹²

movimento do protagonista irá provocar uma reação do adversário. Hervé Couteau-Bégarie, *Tratado de Estratégia*, Tradução da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (Rio de Janeiro, 2010).

⁸Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 29. Segundo Clausewitz, o objetivo seria “a destruição ou ao menos o enfraquecimento do adversário”, a fim de impor-lhe nossa vontade. Couteau-Bégarie, *Tratado de Estratégia*.

⁹ Ver a “estratégia da aproximação” indireta, de Liddell Hart. Clausewitz também enfatiza este desequilíbrio ao tratar do fator surpresa na guerra, “que confunde o inimigo e baixa o seu moral”. Na sua avaliação, os fatores que criam a surpresa seriam o sigilo e a velocidade das ações. Clausewitz, *On War*, 225.

¹⁰Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 30.

¹¹Ibid.

¹²Ibid.

1.2 Planos e Modelos Estratégicos

Na elaboração de um plano estratégico para que um Estado possa fazer frente a uma determinada situação, Beaufre recorre novamente à ideia do jogo dialético, através do qual se busca prever as prováveis reações do adversário a cada ação encetada pelo oponente, de modo a comprovar as possibilidades deste (opponente) de oposição àquelas (do adversário). Desse modo, o método não difere em sua essência do tradicional “jogo da guerra”, técnica de uso corrente nos estados – maiores militares¹³.

Essas reações, no entanto, poderão ser de natureza política, econômica, moral, militar ou de qualquer outra ordem e manifestar-se nacional ou internacionalmente. Beaufre salienta o efeito complicador do contexto internacional onde a disputa está sendo travada. Nesse cenário, outros atores poderão intervir de uma ou de outra forma limitando a liberdade de ação dos contendores.

A propósito dessa questão, Beaufre afirma que “a avaliação correta da liberdade de ação resultante da conjuntura internacional constitui, assim, um elemento capital da estratégia, sobretudo depois que o poder atômico reforçou de forma extraordinária a interdependência das nações”¹⁴.

Recorrendo à experiência histórica, Beaufre desenvolveu cinco modelos para balizar o planejamento estratégico, tendo o cuidado de assinalar que se trata de exemplos de situações mais comuns e, portanto, não exaustivos. Cada modelo corresponde a uma opção oferecida ao contendor, calcada no jogo dialético entre as suas possibilidades versus vulnerabilidades do adversário e a importância do objetivo a atingir. São eles:

a. Ameaça direta: este seria o modelo a ser adotado quando o objetivo é modesto e os meios disponíveis são poderosos. Nesses casos, apenas a ameaça de emprego desses meios poderá ser suficiente para que o adversário aceite as condições que se deseje impor. Beaufre afirmou que este modelo estaria em voga nos tempos atuais graças à arma nuclear.

b. Pressão Indireta: quando o objetivo é modesto e os meios disponíveis são insuficientes. Nesse caso, a decisão será buscada por meio de ações insidiosas de natureza política, diplomática ou econômica. Segundo Beaufre, este foi o modelo muitas vezes empregado por Hitler na Segunda Guerra e pelos soviéticos durante Guerra Fria (guerras por procuração), e corresponde aos casos em que a liberdade de ação é reduzida.

c. Ações Sucessivas: quando o objetivo é importante, os meios limitados e reduzida a liberdade de ação. A decisão será buscada combinando a Ameaça Direta e a Pressão Indireta com ações de força limitadas. Foi o modelo utilizado por Hitler na anexação de territórios, no período de 1935 a 1939.

d. Luta Total Prolongada de Fraca Intensidade: quando os meios disponíveis são muito fracos para obter uma decisão pelas armas e a liberdade de ação é grande. É o modelo das guerras de libertação nacional. A decorrência é um conflito de longa duração, que exige elevadas forças morais e coesão nacional, e que objetiva levar o adversário à derrota pela lassidão. É o modelo da estratégia da resistência, ou da lassidão. Seu principal mentor seria Mao Tse Tung.¹⁵

¹³ Metodologia clássica do trabalho de EM, onde se opõem possibilidades x vulnerabilidades do adversário.

¹⁴ Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 32.

¹⁵ Origem da expressão “estratégia da resistência” utilizado pelo Exército Brasileiro.

e. **Conflito Violento:** meios militares poderosos. A decisão é buscada pela vitória militar em um conflito de curta duração. Seu principal teórico seria Clausewitz. Beaufre assinala que este modelo foi o dominante no século XIX e na primeira metade do século XX. Observa, no entanto, que o fator limitador é o tempo. Caso a vitória não seja alcançada em prazo curto a situação tende a sair de controle e a decisão não virá mais pelo exclusivo emprego da força militar.¹⁶

1.3 Os Princípios da Estratégia

Beaufre recorda que os estrategistas clássicos sempre procuraram identificar leis gerais e de valor permanente na estratégia, de modo a diferenciá-la da tática, sujeita a constantes mudanças em função da renovação periódica dos materiais de emprego militar.

Mesmo duvidando da existência de regras definitivas, Beaufre não se furta a apresentar as que foram concebidas pelos diversos estrategistas ao longo da história, o que vale como um estudo panorâmico da evolução da estratégia.

Beaufre inicia com Clausewitz, para quem existiriam três regras principais em estratégia: a concentração de esforços; a ação do forte sobre o forte; e a batalha decisiva no teatro principal. Como observado, essas regras dizem respeito às estratégias geral militar e operacional, e correspondem ao modelo estratégico “e”.¹⁷

Liddell Hart propôs seis regras que foram resumidas a quatro, quais sejam: dispersar o adversário pela aproximação indireta; ações visando a surpreender o inimigo; ação do forte sobre o fraco; e decisão em teatros secundários, sempre que possível. Essas regras dizem respeito aos mesmos escalões anteriores e correspondem ao modelo “c”.

Mao Tse Tung propôs quatro regras: retraimento em face do avanço do inimigo; tática de combate de 5 x 1; suprimento às custas do adversário; coesão entre exército e população. O quadro é o da estratégia geral militar e a operacional correspondente. O modelo é o do número “d”.

Lenin e Stalin visualizaram três regras, a saber: coesão moral entre exército e população; importância das retaguardas para manter o esforço de guerra; preparação psicológica da população. O quadro é o da estratégia total e o modelo ainda o número “d”.

Beaufre ainda cita as estratégias de Mahan (domínio do mar), Mackinder (domínio continental) e Douhet (caráter decisivo do poder aéreo), como importantes contribuições ao pensamento estratégico.

Por fim, cita Foch como representante da escola francesa, para quem as regras básicas eram a liberdade de ação e a economia de forças.¹⁸

Beaufre conclui a relação afirmando que essas regras constituem apenas ideias sobre situações particulares e, portanto, não constituem leis gerais da estratégia. Abre uma exceção para as regras de Foch, as quais considera abstratas e por isso aplicáveis a todas as estratégias. Contudo,

¹⁶Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 35.

¹⁷ Clausewitzfoi reconhecidamente avesso a princípios e regras que se pretendam imutáveis. No caso em questão, é preciso reconhecer que a sua teoria sobre a guerra pressupõe um conflito armado terrestre em que o objetivo é a vitória militar, o que limita o alcance da sua estratégia. Paret, *Construtores Da Estratégia Moderna*, Tomo 2:61.)

¹⁸Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 40.

admite que por serem abstratas, não é possível extrair delas consequências práticas com facilidade.¹⁹

De todo modo, Beaufre valoriza a regra da liberdade de ação, relacionando-a com o ambiente internacional. Chega ao ponto de considerá-la como o conceito principal da estratégia, como se verá adiante.

1.4 As Subdivisões da Estratégia

Segundo Beaufre, há uma pirâmide de estratégias. No topo está a estratégia do Estado, denominada estratégia total, na qual identifica um caráter abrangente e unificador. A estratégia do Estado, portanto, para fazer frente a uma guerra total teria de ser também uma estratégia total, abrangendo todos os campos do poder nacional. No Brasil, o conceito de Poder Nacional, semelhante à concepção de Beaufre, é expresso da seguinte forma: “Poder Nacional é a capacidade que tem o conjunto de homens e meios que constituem a nação para alcançar e manter os Objetivos Nacionais, em conformidade com a vontade nacional”.²⁰

Por sua vez, o conceito de Objetivo Nacional é enunciado da seguinte forma: “Objetivos Nacionais são aqueles que a nação busca satisfazer em decorrência da identificação de necessidades, interesses e aspirações em determinada fase de sua evolução histórico-cultural”.²¹

O papel da estratégia total é, portanto, o de combinar as estratégias das diversas expressões do Poder Nacional, unificando o esforço no sentido de atingir o objetivo desejado. Os ingleses a denominam de “Grande Estratégia”, enquanto os norte-americanos usam o termo “Estratégia Nacional”. Este último termo é também usado no Brasil, como se observa a seguir: “Estratégia Nacional é a arte de preparar e de aplicar o Poder Nacional para, superando os óbices, alcançar e preservar os objetivos nacionais, de acordo com a orientação estabelecida pela Política Nacional”.²²

Abaixo da estratégia total (ou nacional) estariam as estratégias gerais, correspondentes a cada expressão do poder nacional, às quais cabe repartir e combinar as tarefas alocadas a cada setor específico.²³

Ainda a propósito dessa divisão de Beaufre, Paret fez o seguinte comentário:

Ele (Beaufre) fez a distinção entre estratégia total, expressão que preferia no lugar de grande estratégia, e estratégia geral; a primeira comandava a conduta da guerra no nível governamental, e a última aplicava-se a um campo específico – militar, político, econômico ou diplomático, cada um dos quais com a sua própria estratégia geral como parte da estratégia total. No campo militar ela se convertia em estratégia operacional, que deveria se basear nos recursos

¹⁹Ibid., 42.

²⁰Brasil. Escola Superior de Guerra, *Manual Básico* (Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2014), 34.

²¹Ibid., 20.

²²Ibid., 62.

²³ Clausewitz já se referia de modo geral às expressões do Poder nacional quando dizia que a guerra é influenciada pelo poderio do Estado e pelas características gerais da época, como políticas, econômicas, intelectuais e sociais. Clausewitz, *On War*, 23.

disponíveis, na geografia do Teatro de Operações e nas possibilidades militares, seja das próprias forças, seja das do inimigo.²⁴

Sobre a estratégia operacional, Beaufre menciona que ela teria a missão de estabelecer a ponte entre a intenção (o que se deseja fazer) e aquilo que as condições técnicas permitem. No campo militar, a estratégia operacional seria o elo entre a estratégia militar terrestre e as possibilidades da tática.²⁵

O corolário dos modelos estratégicos de Beaufre e da existência das várias subdivisões da estratégia é a existência de dois “modos” principais da sua aplicação, o modo direto e o modo indireto.

A estratégia do modo direto, ou estratégia direta, corresponderia aos modelos estratégicos “a”, “c” e “e”. A ideia central que a norteia é a busca da decisão – ou da dissuasão – pelo emprego preponderante da força militar, ou a ameaça dele. Identifica-se, portanto, com a estratégia de Clausewitz.

A estratégia do modo indireto, ou estratégia indireta, corresponde aos modelos “b”, “c” e “d” e buscaria a decisão por vias indiretas empregando preponderantemente outros meios como os de natureza política ou econômica. Neste ambiente, a força militar seria empregada de forma secundária e não contínua, com o seu curso entremeado por negociações.²⁶

Beaufre assinala que a estratégia indireta foi usada de forma permanente durante a Guerra Fria, em face da impossibilidade de um confronto direto entre as duas potências, EUA e URSS, com grandes vantagens para o bloco soviético. E adiantou que talvez fosse a única estratégia possível diante da ameaça nuclear.²⁷

1.5 A Estratégia Indireta

Beaufre desenvolveu os seus conceitos estratégicos durante a Guerra Fria e, portanto, na base das suas preocupações está sempre a questão nuclear. Naquela época, os estrategistas ocidentais dividiam-se entre os que defendiam a proscrição absoluta da guerra nuclear e aqueles que admitiam uma guerra nuclear limitada.

André Beaufre e Raymond Aron estavam no segundo grupo, advogando o emprego limitado de armas nucleares, como forma de reforçar o poder político através da dissuasão militar (arma nuclear).²⁸

Em ambos os casos, a escolha de uma estratégia direta - busca dos objetivos através do emprego irrestrito dos meios militares - estaria descartada, pelo menos entre os países que possuíam armas nucleares.

²⁴Paret, *Construtores Da Estratégia Moderna*, Tomo 2:428.

²⁵Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 38. O conceito de estratégia operacional surgiu na Alemanha, no século XIX, com o Gen. Von Der Goltz. Couteau-Bégarie, *Tratado de Estratégia*.

²⁶Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 52.

²⁷Ibid.

²⁸Paret, *Construtores Da Estratégia Moderna*, Tomo 2:423.

Mas mesmo no caso da guerra nuclear limitada, havia o risco da situação sair do controle. Clausewitz chamara isso de o perigo da “ascensão aos extremos”, quando a guerra experimenta uma escalada indesejável, sem relação com os objetivos limitados visualizados inicialmente.

Com essas condicionantes dissuasórias, a solução estaria na opção pela estratégia indireta, que visa atingir os objetivos por outros meios - políticos, econômicos, etc. – ou pela luta através de prepostos, mas nunca pelo confronto direto.

Nesse ponto, a liberdade de ação surge como uma característica essencial da estratégia indireta de Beaufre, já que a liberdade para o uso da força e de outros meios de persuasão depende primeiramente da sua repercussão na comunidade internacional, cada vez mais conectada, interdependente e zelosa pela manutenção da paz mundial.

Cabe lembrar que, com o advento da Carta das Nações Unidas, o emprego da força para solucionar pendências entre as nações é considerado um ato ilícito e uma ameaça à paz internacional. Como tal, o país infrator fica sujeito às sanções previstas no capítulo VII, que poderão variar de pressões políticas e econômicas até a intervenção militar. A única exceção é o caso de legítima defesa.²⁹

Com essas limitações em vista, Beaufre definiu a estratégia indireta da seguinte forma: “A arte de saber explorar da melhor maneira a estreita margem de liberdade de ação que escapa à dissuasão pelas armas atômicas, e disto extrair importantes êxitos decisivos malgrado a limitação, às vezes extrema, dos meios militares que aí podem ser empregados”.³⁰

Embora a definição acima atrele a estratégia indireta à questão nuclear, Beaufre admite que o seu emprego é antigo, e que ela sempre foi e será a escolhida quando o contendor não dispuser de meios militares suficientes para se contrapor ao poderio do adversário, ou não dispuser de liberdade de ação para empregá-los.³¹

Pela sua importância, conclui que a liberdade de ação é a essência da estratégia. Dessa forma, a sua preservação e a capacidade de privá-la ao adversário constituiriam o fundamento do “jogo estratégico”.³²

Beaufre assinala que a busca pela liberdade de ação no jogo estratégico admitiria duas “manobras” distintas, que ele chama de manobras exterior e interior. A primeira visaria a assegurar

²⁹ONU, “Carta Das Nações Unidas” (Departamento de Informação Pública, 1976), 27. Na realidade, esses dispositivos têm valor relativo. Os EUA invadiram o Iraque e destituíram Saddam Hussein sem o aval da ONU. Para dar legitimidade à ação, foi formada uma coalizão com países aliados do Oriente Médio. A Rússia recentemente invadiu a Ucrânia e sofreu apenas pressões econômicas dos EUA e EU, de onde se conclui que os países mais poderosos e que dispõem de armas nucleares continuam a exercer poder dissuasório perante os demais Estados.

³⁰ Uma observação que pode ser feita sobre esse conceito é a de que ele contém, de forma subjacente, a ideia de conflito entre os dois blocos oponentes da guerra fria, como atores exclusivos da cena internacional. Entretanto, o mundo mudou, as antigas potências nucleares tacitamente concordaram em que as armas nucleares não deveriam ser usadas, e avançaram na redução dos seus arsenais. Paralelamente outros países desenvolveram capacidade nuclear, como Grã-Bretanha, França, China, Índia e Paquistão e Israel e os conservam como armas dissuasórias. À margem da hipotética guerra nuclear que não ocorreu, guerras convencionais limitadas continuam a ser travadas desde o término da Segunda Guerra Mundial.

³¹Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 120.

³²Ibid., 122.

a liberdade de ação entre as nações da comunidade internacional. A segunda, na zona em que seriam desenvolvidas as operações militares.³³

Segundo ele, a estratégia indireta dependeria mais dos fatores exteriores à zona de operações, do que interiores, daí a sua originalidade e a importância da manobra exterior. Fatores como a correta apreciação das reações internacionais, das possibilidades morais do adversário e da sua sensibilidade às pressões e ações que se pretende realizar são importantes para definir a chamada manobra exterior.³⁴

A ideia básica da manobra exterior é assegurar o maior grau de liberdade de ação possível no cenário internacional e paralisar psicologicamente o adversário através do concurso de meios políticos, econômicos, diplomáticos e militares.³⁵

Beaufre enumera vários artifícios usados na manobra exterior como invocar o Direito Internacional, valores morais e humanitários, procurar lançar dúvidas no adversário sobre a justiça da sua causa, criar dissensões internas e uma opinião pública internacional desfavorável. Tais ações seriam vocalizadas em fóruns internacionais como a ONU e em outros organismos regionais e supranacionais, além de meios midiáticos com os quais se buscava máxima adesão à própria causa. O objetivo, sobretudo, é ameaçar o adversário, de forma a impedi-lo de executar uma determinada ação.³⁶

Um bom exemplo de uma manobra exterior bem sucedida foi o da Grã-Bretanha na Guerra das Malvinas em 1982, onde podem ser identificados todos os elementos apontados por Beaufre. Mesmo não tendo sido suficiente para obstar a invasão, a manobra anulou a liberdade de ação da Argentina, provocando o bloqueio de canais diplomáticos, de fontes de suprimento de material de defesa importantes para a guerra e até mesmo a neutralização de tropas profissionais que teriam sido muito úteis no teatro de operações, e no entanto foram desviadas para uma vigilância passiva na fronteira com o Chile.

Dessa forma, embora não tenha feito com que os argentinos se retirassem do arquipélago, a manobra exterior foi sem dúvida fator determinante para o abatimento do moral argentino³⁷ e para o sucesso dos ingleses.³⁸

Uma vez assegurado um certo grau de liberdade de ação no âmbito da comunidade internacional, o próximo passo seria conceber a manobra interior, ou seja, aquela a ser executada no espaço geográfico onde irão se desenrolar as operações militares. Beaufre destaca três variáveis

³³Ibid.

³⁴Ibid. Clausewitz afirmava que um plano de guerra decorre do contencioso entre dois Estados e também das suas relações com outros Estados. Clausewitz, *On War*, 6.

³⁵Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 123.

³⁶Ibid., 124.

³⁷ À invasão ocorrida em 2 de abril de 1982, seguiram-se os seguintes eventos: no dia 3 de abril, rompimento de relações e sanções da Grã-Bretanha; adesão às sanções pela Comunidade Europeia (França: produtora do míssil Exocet); Resolução 502 do Conselho de Segurança, determinando a retirada argentina das ilhas, com abstenção da URSS e da China; no dia 28 de abril, a OEA recomendava a abertura e negociações pacíficas; no dia 30 de abril, sanções dos EUA, incluindo suspensão de exportações militares. César A. N. de Souza, *A Guerra Pelas Falklands/Malvinas*, vol. Tomo 2 (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 2013), 97–117.

³⁸ As Brigadas de Montanha VI e VIII, importantes Grandes Unidades operacionais, foram empregadas na vigilância das fronteiras como Chile, quando poderiam ter sido empregadas nas Malvinas. Ibid., Tomo 2:63.

principais que irão definir o tipo de manobra a ser adotada: as forças materiais, as forças morais e a duração das ações.³⁹

Segundo ele, quando as forças materiais são muito superiores, as forças morais podem ser menores e o tempo de duração da campanha tende a ser curto. É o caso da “manobra da alcachofra” (ou do salame) que se caracteriza pelo emprego controlado da força na conquista de uma sucessão de objetivos limitados, entremeadas de negociações. O exemplo clássico é o das anexações de Hitler no período 1936-1939 (Áustria e Tchecoslováquia).⁴⁰ Nos dias atuais, pode-se identificar este tipo de manobra na anexação sucessiva da Criméia e do sudeste da Ucrânia (em curso) enquanto prosseguem as negociações, e a despeito da reação contrária dos países ocidentais. Muito embora nesse aspecto a manobra exterior da Rússia não tenha sido bem sucedida, outros fatores certamente contribuirão para que o objetivo seja alcançado. Destacam-se, entre eles, a reduzida sensibilidade dos regimes autoritários às pressões externas e internas, aliada a uma certa autonomia econômica russa alcançada através de anos de isolamento e, ainda, ao fato de tratar-se de uma potência nuclear (fator dissuasório) com assento no Conselho de Segurança da ONU.

O segundo tipo de manobra interior é a da LASSIDÃO, dos conflitos de longa duração, adotada pelas forças revolucionárias de Mao Tse Tung, pelos vietnamitas de Ho Chi Min no Sudeste asiático e nas lutas de independência durante o processo de descolonização ocorrido na África e no Sul da Ásia durante a Guerra Fria. Este tipo de manobra é típico das chamadas guerras assimétricas, onde o partido que dispõe de poucos meios enfrenta um adversário forte. Segundo GROSS, as guerras assimétricas podem ser classificadas atualmente nos seguintes tipos: guerras de guerrilha e insurgência; guerras de intervenção; guerra ao terror internacional; e as guerras de guerrilha por procuração.⁴¹

Considerações finais

O general André Beaufre viveu o turbulento período da Guerra Fria após a Segunda Guerra Mundial, caracterizado pelo advento da arma nuclear e pelo atrito entre os EUA, a antiga URSS e a China, todos em busca da preservação/ aumento de suas respectivas áreas de influência em todo o planeta.

Nessa disputa, a URSS e a China foram as vencedoras, apoiando as guerras de libertação contra as antigas metrópoles e disseminando a ideologia marxista entre as ex-colônias. Segundo Beaufre, esses reveses decorreram da falta de estratégias adequadas dos governos ocidentais, para fazer frente às situações enfrentadas. Na sua concepção, as democracias ocidentais estavam preparadas apenas para o confronto direto e de curta duração, e não para as ações insidiosas e de longo prazo que caracterizam a estratégia indireta.

Com base nessa experiência pessoal negativa, Beaufre concebeu a sua obra sobre estratégia, da qual o presente artigo abordou os pontos mais significativos, vinculando-os, sempre que julgado pertinente, às ideias de Clausewitz e Liddell Hart.

³⁹Beaufre, *Introdução À Estratégia*, 126.

⁴⁰Ibid.

⁴¹M. L. Gross, *Dilemas Morais Da Guerra Moderna* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 2014), 30.

Importa, inicialmente, destacar a visão abrangente de Beaufre de uma estratégia total, envolvendo todas as expressões do Poder Nacional, em uma época em que ainda predominava uma visão setorial, voltada para a vitória militar, sendo um dos seus expoentes o britânico Liddell Hart.

Seus modelos estratégicos, embora não exclusivos como ele próprio advertiu, são calcados na realidade histórica e por serem bastante gerais, constituem ainda uma boa referência para o estudo de conflitos atuais por parte das lideranças políticas e militares que se ocuparem de estudos estratégicos.

Quanto aos princípios da estratégia, a importância que atribui à liberdade de ação é um aspecto original da sua concepção, embora o seu valor tenha limitações quando se tratar de uma das potências de primeira grandeza, com assento no Conselho de Segurança da ONU e pouco sensível a pressões econômicas. Isso vale também para Estados não democráticos, em que a opinião pública interna é pouco expressiva e que de alguma forma mantenham-se à margem do processo de globalização da economia.

Quanto à estratégia indireta, é a estratégia possível quando se trata de conflitos entre as grandes potências que dispõem de armas nucleares e continuará sendo largamente empregada. Com base na experiência dos tempos da Guerra Fria, cabe aos países do Ocidente adaptarem-se às regras do jogo, tratando de preservar a liberdade de ação através do exercício da iniciativa e privando-a ao adversário. Já a estratégia direta ficará restrita às guerras limitadas de países que não possuem tais armas, ou que não disponham de liberdade de ação para usá-las.

Por fim, cabe aos Governos dos Estados acompanharem a evolução da conjuntura internacional e desenvolverem estratégias adequadas para a manutenção ou a preservação dos seus interesses nacionais, já que esses deverão prevalecer nas relações entre países. Caso contrário, corre-se o risco de graves derrotas, situação vivida por Beaufre e sobre a qual ele emitiu o seu candente alerta na forma de um valioso manual.

Referências

Beaufre, André. *Introdução à Estratégia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 1998.

Brasil. Escola Superior de Guerra. *Manual Básico*. Rio de Janeiro: Escola Superior de Guerra, 2014.

Clausewitz, Carl. *On War*. Tradução Michael Howard, Peter Paret. Princeton University. Princeton, EUA, 1989.

Couteau-Bégarie, Hervé. Tradução da Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. *Tratado de Estratégia*. Rio de Janeiro. 2010.

Gross, M., L. *Dilemas Morais da Guerra Moderna*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 2014.

ONU. “Carta das Nações Unidas”. Departamento de Informação Pública, Nova York, 1976.

Paret, Peter. *Construtores da Estratégia Moderna*. Tomo 2. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 2003.

Souza, César A. N. de. *A Guerra pelas Falklands/Malvinas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora – BIBLIEX, 2013.